

Editais do transporte público dispõem de R\$ 11 bilhões por 15 anos

Prefeitura prevê que terá que desembolsar R\$ 1,7 bilhão só para renovar a frota

A Prefeitura de Campinas (SP) informa que publicará nesta sexta-feira (5) o edital de licitação para a concessão do serviço de transporte público coletivo convencional na cidade. O valor total do contrato de concessão, para um período de 15 anos, é de cerca de R\$ 11 bilhões, com investimentos previstos de R\$ 1,7 bilhão para a renovação da frota.

A abertura dos envelopes com as propostas e documentação, e garantias das empresas ou consórcios participantes, será no prédio da Bolsa de Valores de São Paulo porque a Prefeitura a contratou no fim de outubro para fazê-lo.

O processo

As empresas ou consórcios interessados podem elaborar suas propostas que serão apresentadas em três envelopes, por meio de corretoras credenciadas à B3. O primeiro deles contém o credenciamento e as garantias do interessado. O segundo, a proposta de valores. E, o último, toda a documentação necessária.

No dia 10 de fevereiro de 2026 o primeiro envelope será aberto e a B3 analisará as garantias apresentadas.

Já a abertura do segundo envelope, com os valores propostos pelos interessados e a oferta de lances, está marcada às 11h de 23 de fevereiro, às 11, e poderá ser acompanhada, ao vivo, pelo site www.tvb3.com.br



Prefeitura de Campinas

Poder Executivo municipal contratou a Bolsa de Valores para desembocar o processo

Ainda segundo a Prefeitura, “a melhor proposta para a municipalidade é considerada a vencedora da concorrência”. A vencedora terá, então, um prazo para enviar uma proposta com os valores atualizados. Feito isso, abre-se o terceiro envelope para a análise da habilitação e, não havendo pendências ou impedimentos, o processo é concluído.

Dados do edital

O documento prevê a concessão do sistema de transporte coletivo convencional por um período de 15 anos, prorrogáveis por

mais cinco, em dois eixos principais: Lote Norte (que abrange as regiões Norte, Oeste e Noroeste) e Lote Sul (regiões Leste, Sul e Sudoeste).

Prevê ainda frota renovada com a adoção de, no mínimo, 60 ônibus elétricos, já nos primeiros anos; e veículos Euro 6 para o restante dos veículos. Os carros poderão ser movidos a biometano, GNV e hidrogênio.

Contempla, também, a operação do BRT (Bus Rapid Transit; Ônibus de Trânsito Rápido), com um novo formato, priori-

zando uma rede tronco-alimentada integrada ao sistema. Ainda de acordo com o Executivo municipal, “haverá linhas intersetoriais e conexões mais eficientes entre bairros, terminais e regiões da cidade”.

A execução do PAI-Serviço,, que transporta pessoas com deficiência, também foi incorporada à licitação. “Haverá modernização do serviço, que terá ajustes, com diretrizes para renovação de frota, gestão e ampliação da capacidade de atendimento”, informa o Palácio dos Jequitibás.

Remuneração

Já o Sistema de Arrecadação e Remuneração (Bilhetagem Eletrônica) terá o Poder Público participando, de maneira mista, junto com as novas operadoras e a Emdec (empresa municipal responsável pelo trânsito campineiro). Será estruturado por uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), com governança compartilhada com os vencedores do certame. A Emdec será responsável por fiscalização contínua, apoiada por uma auditoria independente.

Segundo a Prefeitura, “a remuneração para as operadoras do sistema será atrelada ao desempenho operacional e qualidade dos serviços prestados, com o fortalecimento de indicadores de desempenho. Com isso, metas para a satisfação do usuário serão estabelecidas, como: regularidade, pontualidade, limpeza, acessibilidade e qualidade da operação. O sistema terá maior padronização e mecanismos mais robustos de fiscalização”.

Custo

A renovação da frota custará R\$ 900 milhões, ao longo dos cinco anos iniciais de contrato; e mais R\$ 800 milhões nos dez restantes, totalizando R\$ 1,7 bilhão em 15 anos.

Bispo anuncia novo reitor da PUC para gestão 2026-2029

PUC-Campinas

O novo reitor da PUC-Campinas foi anunciado. Trata-se do professor doutor Victor de Barros Deantoni, que assume a gestão em fevereiro de 2026. A substituição é feita a cada quatro anos e conduzida pelo grão-chanceler da instituição, que é o arcebispo metropolitano de Campinas, cadeira atualmente ocupada por Dom João Inácio Müller. Os indicados pelo bispo são avaliados pelo Vaticano, que é quem decide quem será o novo reitor.

O anúncio da nova escolha foi feito pelo bispo em reunião extraordinária.

Deantoni substituirá o professor doutor Germano Rigacci Júnior, que está à frente da administração da Pontifícia Universidade Católica de Campinas desde 2018, por dois mandatos consecutivos.

O cargo exige que o candi-



Professor doutor Victor de Barros Deantoni

dato possua o grau de professor doutor e seja integrante do corpo docente da universidade há, no mínimo, três anos. É permitida uma única recondução sucessória para uma nova gestão. Deantoni é pró-reitor de gestão de pessoas e serviços compartilhados desde

2022. Foi diretor da faculdade de engenharia civil de 2018 a 2021 e é docente do curso desde 2014. Tornou-se mestre em engenharia civil pela Unicamp em 2013 e, doutor, pela mesma instituição, em 2018. É conselheiro do CREA-SP desde 2020.

Negado que prédio esteja desabando

A Prefeitura de Campinas (SP) negou que o prédio do ambulatório do Hospital Mário Gatti está correndo risco de desabamento. Sustenta que um estudo técnico descartou esta possibilidade. A informação foi dada à sucursal campinense de o Correio da Manhã no começo da noite de quinta-feira (4).

O Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Campinas (STMC) afirmou esta semana que, em vistoria no prédio, foram encontradas rachaduras e falhas estruturais colocando a edificação em risco de desabamento.

Ainda de acordo com a denúncia sindical, “a situação é grave, caótica e perigosa. O cenário é crítico e exige medidas urgentes para evitar uma tragédia, que pode afetar os trabalhadores e os pacientes que passam pelo ambulatório”.

Pontuou ainda que “os servidores estão apreensivos com a possibilidade das paredes e do teto irem abaixo a qualquer momento”.

A direção do STMC protocolou um ofício pedindo medidas urgentes e a transferência dos atendimentos para um local seguro. O documento foi encaminhado para o gabinete do prefeito Dário Saadi, Secretaria de Obras e Infraestrutura, Defesa Civil e Vigilância Sanitária.

Já a Prefeitura informou que elaborou um cronograma para a realização de melhorias no local. Além disso, disse que o setor de ambiência, obras e manutenção realiza regularmente acompanhamento preventivo em toda a área do hospital, “com responsabilidade técnica nas decisões e intervenções que se fizerem necessárias”.